

RIGOR das normas divide opiniões

Enquanto a *Influenza* aviária causa temor em países de Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, que ainda estão sofrendo os efeitos de recente surto da doença, a flexibilização das medidas de biossegurança previstas na legislação brasileira divide opiniões. De um lado estão os produtores e técnicos, que alegam que os altos custos para a adequação das granjas inviabilizam a atividade para o agricultor familiar. De outro, especialistas e entidades ligadas à avicultura demonstram preocupação com a sanidade avícola.

Para o extensionista rural da Emater Marcelo Müller, a legislação atual contempla realidades fundiárias extensivas, como as existentes do Paraná para cima. “Se nada for feito, o prejuízo que vai se somando com o tempo será de difícil reversão. Vai dizimar a avicultura no contexto da agricultura familiar”, alerta o técnico referindo-se às restrições. Segundo Müller, os investimentos necessários para adequação das granjas comerciais oneram os agricultores familiares que criam de 70 mil a 100 mil aves de corte.

Levantamento de custos feito pela Emater indica que o preço médio do piso adequado para adaptar os estabelecimentos, conforme as exigências, varia de R\$ 60,00 a R\$ 65,00 o metro quadrado. Para aplicar piso em toda a extensão de um aviário padrão, por exemplo, que tem 140 metros de comprimento por 14 metros de largura, totalizando 1.960 metros quadrados, o custo estimado é de R\$ 117 mil. Já a instalação de uma casa de apoio, com banheiro e escritório, que também faz parte das exigências, demanda investimento mínimo de R\$ 30 mil.

Em Westfália, pelo menos dez projetos estão parados. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia e Westfália, Liane Brackmann, destaca que, por ser pequeno, o município acaba sendo prejudicado geograficamente pela regra do distanciamento mínimo de 1 quilômetro. Com apenas 62,5 quilômetros quadrados, Westfália tem oito estabelecimentos de reprodução ou abate que restringem a instalação de novas granjas de corte.

“Esses distanciamentos adotados hoje são essenciais para a prevenção de doen-

ças virais e de origem bacteriana”, afirma o veterinário Thales Furian, especialista em Sanidade Avícola. Pesquisador do Centro de Diagnóstico e Pesquisa em Patologia Aviária (CDPA) da Ufrgs e membro do Coesa, Furian ressalta que surtos ocorrem em todo o mundo. “É sempre difícil mensurar o impacto econômico de um problema sanitário”. O coordenador do CDPA, Carlos Tadeu Pippi Salle, vai além. “Temos que considerar o risco e ter um plano pronto”, alerta o especialista.

A Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav) é contra a flexibilização das normas em vigor. “Tudo que vai aumentar o risco sanitário, neste momento que está havendo surto de *Influenza* nos Estados Unidos, não somos favoráveis”, disse o diretor executivo da Asgav, José Eduardo dos Santos. “Temos que medir sempre o futuro, não podemos pensar só no presente”, acrescentou. Ele considera arriscado e avalia que medidas menos rigorosas podem colocar em risco o Estado e até mesmo o país.

Apreensiva com a expansão dos focos de *Influenza* aviária, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) solicitou



Produtores alegam que distância exigida pelas instruções normativas é inviável em municípios pequenos, como Westfália

ao governo medidas mais restritivas. Por meio de ofício, a entidade pediu ao Ministério da Agricultura (Mapa) a elaboração de uma normativa complementar às Instruções Normativas (INs) em vigor. A ABPA sugere ainda que não seja emitida Guia de Trânsito Animal (GTA) para propriedades que não estiverem adaptadas às normas de biossegurança. “A ABPA é contra qualquer tipo de flexibilização. Temos que apertar mais o rigor, e não relaxar”, enfatiza o diretor técnico da entidade, Ariel Mendes. Segundo ele, as empresas estão ajudando os integrados a se adequarem. Mendes destaca ainda que há linhas de crédito, como o Inovagro, específicas para a adequação de aviários.

➤ Vulnerabilidade

■ O Rio Grande do Sul abate uma média de 55 milhões a 60 milhões de frango ao mês. Com as contribuições do setor até junho, o saldo da avicultura no Fundesa é de R\$ 4,817 milhões. No caso de um evento sanitário, considerando a cotação do frango vivo em R\$ 2,45 o quilo, o valor seria suficiente para indenizar, 655 mil frangos. “O que não é nada significativo”, reconhece o presidente do Fundesa, Rogério Kerber. “A vulnerabilidade da produção é real. A sanidade é extremamente importante para a avicultura devido às barreiras sanitárias impostas”, acrescenta.

DEOLI GRAFF / ESPECIAL / CP



Uso de arco de desinfecção na entrada da propriedade é uma das medidas

Relatório da AL pede flexibilização

O pleito dos avicultores é a alteração da distância mínima de 1 quilômetro entre granjas de corte e matrizeiras para 500 metros. Entre as medidas sugeridas está o uso de arco de desinfecção na entrada da propriedade e de barreiras naturais, como reflorestamento, ou artificiais, como muros de alvenaria. Para ampliar as alternativas, os produtores solicitam que as normas de biossegurança sejam diferenciadas de acordo com as características da região. “O Rio Grande do Sul já tem muitas barreiras naturais, como matas e morros. É bem diferente de uma região plana. A IN não traz estas especificidades”, comenta o presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva. Os agricultores familiares pedem, também, especificações mais claras para o uso de barreiras naturais e artificiais e a liberação do piso de



Produtores pedem que distância mínima entre granjas e matrizeiras seja reduzida de 1 km para 500 metros.

concreto no caso das granjas preexistentes que desejam ampliar instalações.

Para encaminhar o pedido ao Ministério da Agricultura (Mapa) em Brasília, um relatório com o levantamento de todas as dificuldades e possíveis soluções está sendo elaborado por parlamentares. A subcomissão criada na Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa para discutir a IN 56 tentará articular essa flexibilização. “O ponto principal é ver alternativas e possibilidades de diminuir

o distanciamento mínimo, obviamente com medidas que garantam a biossegurança”, afirma o deputado Elton Weber, que preside a subcomissão.

O documento aponta que 60% da produção será comprometida caso as normas sejam exigidas com rigor. Só nos vales do Taquari e Caí, há centenas de propriedades prejudicadas. Em Salvador do Sul, 317 aviários sofrem com o impacto das restrições. Em Tupandi, pelo menos 152 granjas comerciais de corte registram entraves devido à legislação. O superintendente do Mapa no Estado, Roberto Schroeder, disse que a superintendência está participando da discussão. “As questões sociais e econômicas são importantes, mas também há o aspecto sanitário. Qualquer modificação precisa ter embasamento técnico”, ressalta Schroeder.